

Partido Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 15/11/2024



PELO FIM DA ESCALA 6X1

Pela escala móvel das horas de trabalho, com redução da jornada, sem redução dos salários! Que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas com paralisações e bloqueios pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, pelos empregos, salários e direitos!

No dia 15 de novembro acontecerão atos em diversas capitais brasileiras com a bandeira da defesa do fim da escala 6x1. A reivindicação ganhou força a partir de setembro de 2023, quando o ex-balconista Rick Azevedo desabafou sobre a desumanidade desse tipo de jornada, com uma única folga semanal, que nem mesmo é usufruída no domingo. Na sequência, foi criado o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) em torno de uma petição direcionada ao Congresso Nacional, pedindo uma revisão na CLT. A denúncia da exaustão física e mental e da precariedade, agravada com a contrarreforma trabalhista, ganhou visibilidade nas redes sociais. Em 01 de maio de 2024, a deputada federal do PSOL, Erika Hilton, elaborou uma Proposta de Emenda à Constituição, alterando o inciso XIII, do artigo 7° da Constituição Federal, reduzindo a jornada máxima de trabalho de 44 para 36 horas semanais.

A campanha em torno do VAT catapultou Rick Martins à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, sendo o vereador do PSOL mais votado. A repercussão midiática resultou em pressão sobre parlamentares e, no dia 13 de novembro, a adesão de parlamentares à proposta ultrapassou as 171 assinaturas exigidas, permitindo o início da



tramitação. A proposta originada no PSOL, reedita uma proposição semelhante à do PT, de 2019, a PEC 221/2019. A direita tentou combater a proposta, porém, seus próprios seguidores, em geral trabalhadores precarizados, passaram a cobrar um posicionamento em defesa do trabalhador. Como resultado, começou a haver adesões de parlamentares do MDB, PSD, Cidadania, Avante e até o PL.

O governo tem sido cobrado a se posicionar, porém, tem adotado a posição de expectador, havendo diferentes manifestações por parte de ministros. Vergonhosamente, o Ministro do Trabalho, defendeu a redução, porém por meio das negociações coletivas, dentro dos parâmetros do negociado acima do legislado, como estabeleceu a contrarreforma trabalhista de Temer. A mesma posição foi repetida pelo

presidente da CUT. Ante a pressão, porém, no dia 13/11, os presidentes da CUT, Força Sindical, UGT, CSB, Intersindical, Pública e NCST assinaram uma carta apoiando o movimento de redução. A falsidade do apoio é evidente, uma vez que não há uma convocação de paralisações da classe operária e demais trabalhadores para exigirem a redução da jornada, sem redução dos salários.

A escala 6x1 predomina entre os trabalhadores do comércio (supermercados, shoppings, farmácias) e serviços, como bares e restaurantes. A princípio, o setor patronal ridicularizou a proposta como estapafúrdia. Porém, diante da ampliação das pressões políticas e início da tramitação, já passam a negociar compensações financeiras, caso a medida seja aprovada ou aprovação de redução de jornada com redução de salário.

Nenhuma ilusão no parlamento

As discussões levantadas pelo VAT têm o mérito de erguer o tema da redução de jornada, o que mostra o imenso potencial das bandeiras de defesa da força de trabalho e da vida dos trabalhadores. Porém, desde seus primeiros passos subordina a reivindicação ao terreno parlamentar. No mesmo momento em que esse debate se dá de forma entusiasmada nas redes sociais, o governo prepara uma sequência de medidas antipopulares, em conjunto com o judiciário (que deu mais um golpe na estabilidade dos servidores públicos) e parlamento. O governo Lula/Alckmin, encabeçado pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad, arquiteta restrições no salário mínimo, aplica-se pentes finos em benefícios sociais e projeta-se maneiras de continuar sustentando os parasitas que enchem seus cofres com os juros da dívida pública.

O Partido Operário Revolucionário trabalha para que seja vitoriosa a reivindicação de fim da jornada 6x1, com redução da jornada, sem redução de salário. Por isso, chama a classe operária, demais trabalhadores e juventude oprimida a marchar com independência perante a burguesia. As correntes reformistas se esforçam por convencer os patrões e seus representantes no parlamento de que a redução da jornada para quatro dias na semana (4x3) será boa para os negócios. Se amparam em experimentos em países de capitalismo adiantado em que se preservou a lucratividade, mesmo com a redução dos salários. Esse caminho fortalece a ilusão dos trabalhadores.

É preciso cultivar a consciência de classe. A compreensão profunda de que os interesses dos trabalhadores e dos patrões são inconciliáveis. A partir desse entendimento, é possível desmascarar a armadilha do eleitoralismo. A conquista da redução da jornada, sem redução dos salários só poderá ser fruto dos métodos da classe operária, das paralisações, greves, ocupações, bloqueios de ruas e avenidas e grandes marchas. As Centrais Sindicais foram expostas em sua passividade, uma vez que as bandeiras históricas de redução da jornada estavam soterradas embaixo do entulho da política governista. Diante da inquietação dos trabalhadores a respeito do tema, agora se posicionam a favor. Devemos exigir que sejam consequentes. Se defendem o fim da jornada 6x1, que convoquem um verdadeiro Dia de Luta que paralise a economia e mostre a força da classe operária e demais trabalhadores.

A defesa do fim da escala 6x1 não pode se restringir a uma revisão da maldita reforma trabalhista de Temer. Essa desgraça precisa ser revogada integralmente, assim como outras legislações que retiraram direitos. As Centrais que dizem defender a redução da jornada sem redução dos salários precisam mobilizar todos os seus sindicatos, convocar movimentos sociais e organizações políticas a constituírem comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia. A erguer assembleias populares. É por essa via que será possível arrancar da burguesia a defesa do direito dos trabalhadores ao descanso. No lugar da escala 6x1 e de outras jornadas, devemos exigir a escala móvel das horas de trabalho. Que nenhum trabalhador fique sem emprego, que as horas nacionais de trabalho sejam divididas entre todos os aptos a trabalhar.

Que os atos de 15 de novembro sejam o ponto de partida para um poderoso movimento de massas pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização; garantia do salário mínimo vital de R\$ 6.769,87 (calculado pelo DIEESE); fim das privatizações e reestatização do que foi privatizado; e contra os cortes no orçamento da saúde, educação e outras áreas sociais. Toda força à luta direta dos explorados em defesa do emprego e salário a todos que vivem da sua força de trabalho!

Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas (Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.





